



# Cruzamentos de desigualdades: raça, gênero e envelhecimento de mulheres negras no Sul Global

Intersections of Inequalities: Race, Gender, and the Aging of Black Women in the Global South

*Yadira Arnet Fernández<sup>1</sup>*

*Nanci Soares<sup>2</sup>*

*Rosicler Lemos da Silva<sup>3</sup>*

## RESUMO

Este artigo explora como o envelhecimento da mulher negra é profundamente moldado pela interseccionalidade de opressões, resultando em precariedade e invisibilidade. O estudo desafia a homogeneidade do processo vital, revelando a negação do envelhecimento digno para essa "minoridade dentro da minoria" em uma sociedade capitalista, racista e patriarcal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulher Negra. Envelhecimento. Interseccionalidade. Racismo. Desigualdades.

## ABSTRACT

This article explores how Black women's aging is profoundly shaped by the intersectionality of oppressions, leading to precarity and invisibility. The study challenges the homogeneity of the life process, revealing the denial of dignified aging for this "minority within a minority" in a capitalist, racist, and patriarchal society.

**KEYWORDS:** Black Woman. Aging. Intersectionalism. Racism. Inequalities.

\* \* \*

---

<sup>1</sup> Doutora em Promoção de Saúde pela Universidade Franca. Pós-doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP). E-mail: [arnet.fernandez@unesp.br](mailto:arnet.fernandez@unesp.br)

<sup>2</sup> Assistente Social. Docente na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP. E-mail: [nanci.soares@unesp.br](mailto:nanci.soares@unesp.br)

<sup>3</sup> Assistente Social. Professora Assistente Doutora do Departamento de Serviço Social da UNESP/Franca (2024 -). E-mail: [rosicler.silva@unesp.br](mailto:rosicler.silva@unesp.br)

## Introdução

“Escrever é perigoso porque temos medo do que a escrita revela: os medos, as raivas, as forças de uma mulher sob pressão tripla ou quádrupla. Mesmo assim, é na escrita que nossa sobrevivência se encontra, porque uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida” (Anzaldúa 2000, p. 234).

A escrita para a mulher se torna um ato de sobrevivência, porque uma mulher que escreve tem poder, e uma mulher com poder é temida. Não por ser agressiva, mas porque ousa existir com voz, desafiando narrativas hegemônicas que por séculos nos invisibilizaram. Historicamente, a mulher negra no Brasil tem sido alocada na vanguarda da exploração capitalista, da invisibilização de seus conhecimentos e negação da sua subjetividade. Diante dessa realidade, a escrita surge como um meio de organizar memórias, nomear o que foi silenciado e, acima de tudo, costurar os pedaços de uma história dolorosa, dando sentido às vivências e lembrando-nos quem somos, mesmo quando tentaram nos apagar.

É com essa urgência e consciência do poder intrínseco da escrita – capaz de desvelar medos, canalizar raivas e amplificar as forças de mulheres submetidas a múltiplas pressões – que este trabalho se inicia. Como mulheres negras, e profundamente inquietas com as dinâmicas que historicamente nos atravessam e que inevitavelmente moldarão nossos próprios processos de envelhecimento, este capítulo se debruça sobre os "Cruzamentos de Desigualdades: Raça, Gênero e Envelhecimento de Mulheres Negras no Sul Global". Tendo em vista que as diferentes velhices vivenciadas pelas mulheres negras são permeadas por resquícios de séculos de exploração e marginalização, que imprimem desigualdades específicas para esse público e moldam seu processo de envelhecimento.

Partimos da compreensão de que a persistente e profunda influência do legado cultural escravocrata e patriarcal na sociedade brasileira perpetua um tratamento desigual entre homens e mulheres, brancos e negros. A raiz dessa dinâmica reside na própria lógica da colonização, que impôs a existência de uma divisão racial do trabalho. Nesse contexto, a concepção de humanidade

foi sistematicamente restringida à figura do homem branco europeu, erigido como o padrão de normalidade e excelência, um processo que, como aponta Quijano, se manifesta na colonialidade do poder (Quijano, 2005). Enquanto isso, aos povos originários, aos negros e, sobretudo, às mulheres negras, foi negada a plenitude de sua humanidade, sendo relegados a uma posição de alteridade radical, despojados de seus direitos, culturas e subjetividades.

No contexto brasileiro, essa norma se torna ainda mais evidente, onde, segundo Carneiro (2023) a branquitude se estabeleceu como um padrão implícito e universal, a partir do qual outras identidades são constantemente inferiorizadas, revelando um racismo que, conforme Silvio Almeida, é uma manifestação 'normal' e estrutural da sociedade (Almeida, 2018). Essa dinâmica histórica é crucial para compreender a atual conjuntura de persistentes desigualdades sociais, raciais e de gênero no Brasil. Ela demonstra como o processo de desumanização estrutural, que se iniciou com a violência da escravização e a imposição de um sistema patriarcal excludente, continua a reverberar. Como bem aponta Moura (1988) em sua análise perspicaz: “A falsa abolição não rompeu com a lógica escravista, apenas a remodelou. A exclusão social e econômica da população negra é a face contemporânea dessa herança.” Essa constatação revela a perversidade de um sistema que, mesmo após a abolição formal, manteve as bases da subalternização. Sedimentando-se nas estruturas sociais, econômicas e culturais, perpetuando-se em um racismo e sexismo sistêmico. Desta forma, as percepções deformadas de humanidade, que atribuem valor desigual a diferentes grupos, continuam a moldar as relações sociais, gerando desigualdades persistentes e impactando a própria psique coletiva do povo brasileiro, manifestando-se em neuroses que dificultam o reconhecimento do negro como ser social (Pereira, 2022).

Considerando a complexidade da gênese das relações sociais neste tipo de sociedade estruturantes do ocidentalismo – e, portanto, do capitalismo –, o racismo, classismo, sexismo e o patriarcalismo -se como elementos intrinsecamente ligados à história da ocupação colonial. Neste tipo de sistema, não somente as classes sociais são pré-definidas, mas também os papéis que as mulheres terão de desempenhar perante a sociedade. Desde

essa ótica, a experiência da mulher negra revela-se num imbricamento de complexas e multifacetada opressões diante de sua condição étnico-racial e de gênero, o que termina por produzir vulnerabilidades específicas contra esse público, o que ao mesmo tempo, as coloca no último degrau na pirâmide de gênero, relegando-as à uma condição de submissão e invisibilização (Folter, 2023).

Somado a essa condição social, quando associamos o ser uma mulher negra à categoria envelhecimento, este cruzamento cria uma camada de intensificação das desigualdades intrinsecamente ligada à sua inserção nas relações de produção, sustentada na nova lógica criada em razão do lucro e do “descarte” do que é velho. Onde velho é sinônimo de algo que não serve mais (Silva, 2022). Essa realidade torna o envelhecer uma etapa de acentuada vulnerabilidade e privação, culminando em uma velhice onde as privações acumuladas, a invisibilidade social e as consequências de uma vida de lutas se manifestam de forma ainda mais acentuada. Essa clivagem social e racialmente estruturada molda suas condições materiais e simbólicas na velhice, aprofundando as desigualdades já existentes e revelando as contradições inerentes a um sistema que não a reconhece em sua totalidade.

Nesse sentido, nosso ponto de partida para examinar as formas singulares de opressão e privilégio que emergem dessas interconexões, juntamente com outras categorias sociais que atuam sobre as mulheres negras, pode ser explicado através da interseccionalidade. Desde essa perspectiva, compreendemos a interseccionalidade como uma ferramenta analítica que facilita a compreensão de como esses corpos, além de serem racializados, são perpassados por múltiplas opressões numa dinâmica de poder que cruza, sobrepõe, entrecruza e interliga eixos distintos totalmente excludentes de opressão (Crenshaw, 2002, p.117) para moldar as experiências individuais e manter sistemas de desigualdade.

É nesse panorama de invisibilidade histórica e exclusão sistêmica que se insere o objetivo central deste artigo. Diante do complexo cenário de cruzamentos de desigualdades – que envolvem raça, gênero e o envelhecimento de mulheres negras no Sul Global – este estudo propõe-se a analisar criticamente as intersecções dessas categorias. Buscamos desvelar

como o legado escravocrata e patriarcal, aliado ao racismo estrutural, molda as experiências de vida de mulheres negras idosas no Sul Global, evidenciando as dinâmicas de invisibilidade e exclusão que historicamente as atravessam.

Para tanto, delineou-se uma revisão bibliográfica e documental rigorosa, que fundamenta suas análises na concepção teórico-metodológica do materialismo histórico-dialético. Ao aplicar o materialismo histórico-dialético, buscamos não apenas descrever a realidade, mas também identificar as contradições inerentes ao processo de envelhecimento e as profundas raízes históricas e sociais das desigualdades, o que nos permite construir uma análise crítica e transformadora das realidades vivenciadas por essas mulheres.

## **1 A Multidimensionalidade do Envelhecimento Negro Feminino: Desafios na Intersecção da Divisão Racial e Sexual do Trabalho**

A discussão sobre o processo de envelhecimento e suas interfaces com os determinantes sociais que o influenciam não é recente. Contudo, os debates em diversas áreas de pesquisa sobre o tema frequentemente se revelam superficiais, ao adotar uma abordagem teórico-metodológica fragmentada (Teixeira, 2008). Tal fragmentação impede uma leitura crítica e integral de como os determinantes sociais se entrelaçam com as complexas relações de poder – classe, etnia, raça, gênero, sexualidade e idade – dentro de um sistema globalizado que produz, reproduz e amplia a desigualdade, dominação, exploração e opressão.

É crucial reconhecer que o envelhecimento não se manifesta como um percurso singular e uniforme para todos. Como bem articulam Minayo e Coimbra (2002, p. 14), "o envelhecimento não é um processo homogêneo, cada pessoa vivencia esta fase da vida de forma diferenciada, considerando sua história particular e todos os aspectos estruturais (classe, gênero e etnia)". Tais aspectos estruturais, longe de anularem a individualidade, servem como lentes que permitem identificar certos padrões e similitudes nas experiências

de diferentes grupos, sem, contudo, desconsiderar as nuances e singularidades de cada trajetória.

Nesta perspectiva, é importante compreender o envelhecimento humano, para além dos aspectos biológico e cronológico, ou seja, numa perspectiva de totalidade, significa apreender os diferentes e desiguais processos de vida de cada indivíduo e população, o que condicionará os processos de envelhecimento a partir de suas experiências subjetivas em função de uma construção social, sociocultural e da inserção deles em estrutura de classes. Segundo Teixeira (2008) e Campelo e Paiva (2014), implica em romper com homogeneização a-histórica e acrítica atribuída ao processo de envelhecimento e a velhice (Paiva; Soares; Santos, 2020).

Contudo, essa aparente diversidade de modos de envelhecer não obscurece a intrínseca relação com a totalidade social. Pelo contrário, a pluralidade das experiências se revela compreensível através de uma série de mediações que as conectam a essa estrutura mais ampla. Nesse sentido, há mais elementos em comum nos percursos pelos quais as pessoas envelhecem do que a singularidade do empírico imediato poderia sugerir. É, portanto, plausível identificar certas homogeneizações nas condições de vida, as quais são geradas pela inserção dos indivíduos nas estruturas produtivas, sociais e culturais vigentes. Isso implica que, embora o envelhecimento seja, em sua essência, uma jornada única para cada pessoa, as condições sociais e econômicas compartilhadas por determinados grupos sociais impõem padrões de envelhecimento que reverberam e, muitas vezes, reforçam suas posições dentro da hierarquia social estabelecida.

Desta forma, o envelhecimento, longe de ser um processo homogêneo ou meramente biológico, é profundamente marcado por opressões que intensificam a subordinação da posição social dos indivíduos. Essa heterogeneidade é intrinsecamente vinculada à dinâmica do capital e à estratificação das classes sociais. No caso, especialmente para a classe trabalhadora e, de forma ainda mais acentuada, para as mulheres negras, as condições de envelhecimento refletem a acumulação de desvantagens estruturais e a exploração inerente ao sistema, evidenciando o que Marx, [1973, t. I, p. 208] 2013, livro I, p. 338) já apontava ao afirmar que:

O capital não se importa com a duração de vida da força de trabalho. O que lhe interessa é única e exclusivamente o máximo de força de trabalho que pode ser posta em movimento numa jornada de trabalho. Ele atinge esse objetivo por meio do encurtamento da duração da força de trabalho, [...] produz o esgotamento e a morte prematuros da própria força de trabalho (Marx, [1973, t. I, p. 208] 2013, livro I, p. 338) .

A desconsideração do capital pela duração da vida da força de trabalho, conforme apontado na epígrafe, revela sua lógica de exploração máxima da classe trabalhadora, seja encurtando sua existência ou resultando em uma velhice marcada pelo esgotamento precoce. Essa reflexão é central para compreender a "velhice trágica" vivida por muitas pessoas da classe trabalhadora, cuja trajetória de vida e trabalho foi marcada pela exclusão (Beauvoir 1970, p.18). Essa tragédia, que se manifesta na precarização e intensificação do trabalho, não é um fenômeno recente, mas se aprofunda na contemporaneidade, impactando severamente a mulher negra, que carrega em sua força de trabalho o legado da escravidão. Desse modo, as determinantes de classe, agravadas por opressões de reconhecimento como gênero e raça, demarcam as trajetórias de existência das pessoas, culminando em distintas formas de envelhecer (Keller, 2020).

A lógica capitalista, portanto, não apenas explora o tempo de trabalho presente, mas também consome o futuro, roubando a possibilidade de uma velhice digna e saudável. Essa desvalorização do envelhecimento, particularmente quando associada a corpos que já carregam o peso da marginalização, é perversamente exemplificada na lógica da sociedade de consumo. Como bem expressam Schneider e Irigaray (2008, p. 587 *apud* Oliveira et al., 2021, p. 147):

A sociedade potencializa a longevidade, mas nega aos velhos o seu valor e sua importância social. Vive-se em uma sociedade de consumo na qual apenas o novo pode ser valorizado, caso contrário, não existe produção e acumulação de capital. Nesta dura realidade, o velho passa a ser ultrapassado, descartado, ou já está fora de moda. (Schneider; Irigaray, 2008, p. 587 *apud* Oliveira et al., 2021, p. 147).

A sociedade moderna, paradoxalmente, potencializa a longevidade ao mesmo tempo em que nega às pessoas idosas seu valor e importância social. Vive-se em uma sociedade de consumo que valoriza incessantemente o novo,

sem o qual a produção e acumulação de capital seriam inviáveis. Nesta dura realidade, se o capital, de modo geral, não se importa com a duração da vida da força de trabalho, para a mulher negra essa desconsideração é multiplicada.

Para a mulher negra, como parte intrínseca da classe trabalhadora, essa lógica é ainda mais cruel, pois sua condição de raça e gênero a invisibiliza e a exclui duplamente, intensificando a privação de direitos e o acesso a um envelhecimento com qualidade. Nesse sentido, o agravamento das condições de envelhecimento para essas mulheres, é fruto de uma estratégia capitalista que articula o conservadorismo sociocultural com um neoliberalismo econômico radical. Essa combinação gera resistência a mudanças que ameacem a ordem estabelecida, resultando na invisibilidade das necessidades do "outro", que é compelido a se curvar aos interesses das pretensas maiorias.

Desta forma, seus corpos foram e ainda são vistos como infinitamente disponíveis e resilientes para o trabalho mais árduo, desde o período escravocrata até as atuais formas de trabalho precário, especialmente no serviço doméstico e em outras ocupações de baixa remuneração e alto desgaste físico e emocional. As mulheres negras, na estrutura social brasileira, sempre ocuparam um lugar marginalizado, relegadas a posições subalternas na divisão sexual do trabalho – da empregada doméstica à trabalhadora precarizada, ou ainda, à objetificação sexual. Essa realidade é um resquício direto de um passado escravocrata que, paradoxalmente, serviu como base para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Nessa análise, fica evidente o lugar social que as mulheres negras ocupam, o qual, como explica Grada Kilomba em suas obras, serve de base para o argumento de que há uma persistência das dinâmicas coloniais de poder na contemporaneidade. Kilomba sinaliza que a mulher negra continua a ser posicionada como "o outro", tendo sua subjetividade sistematicamente negada e sua existência definida em relação a um padrão hegemônico que a exclui.

Por não serem nem brancas, nem homens, as mulheres negras ocupam uma posição muito difícil na sociedade supremacista branca. Nós representamos uma espécie de carência dupla, uma dupla alteridade, já que somos a antítese de ambos, branquitude e masculinidade. Nesse esquema, a mulher negra só



pode ser o outro, e nunca si mesma. (...) Mulheres brancas tem um oscilante status, enquanto si mesmas e enquanto o “outro” do homem branco, pois são brancas, mas não homens; homens negros exercem a função de oponentes dos homens brancos, por serem possíveis competidores na conquista das mulheres brancas, pois são homens, mas não brancos; mulheres negras, entretanto, não são nem brancas, nem homens, e exercem a função de o “outro” do outro (Kilomba, 2012, p. 12).

Vislumbra-se como, nas palavras da autora, nos sistemas de opressão que se pré-estabeleceram como base do surgimento do sistema capitalista na ordem do capital, nítidos na sociedade brasileira atual, existe um processo histórico que desumaniza a mulher negra, a qual é atravessada pelos modos das relações de poder que se estabelecem nas relações entre homens brancos e homens negros, mulheres brancas e mulheres negras. Nessa lógica excludente, “não sendo nem branca, nem homem, a mulher negra exerce a função de o ‘outro’ do outro” (Kilomba, 2012, p. 12), Condicionando-as a serem vistas de forma desvalorizada, não apenas por serem mulheres, mas também por serem negras. Em outras palavras, são lidas como a antítese de branquitude e masculinidade, impossibilitando-as que sejam vistas como ser social ontológico.

Assim, a lógica de desvalorização do idoso se intensifica para a mulher negra, que não apenas enfrenta o desprezo pela velhice, mas também carrega o peso histórico de uma força de trabalho explorada até o esgotamento, sem o reconhecimento de sua contribuição social e econômica.

Essa realidade serve de base para o argumento de Gonzalez (1988b, p. 137) de que as mulheres não brancas "sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente". Essa dinâmica é um reflexo contundente da combinação ou interseccionalidade das categorias que fundamentam as relações de poder, destacando não apenas a raça e a classe, mas também o patriarcado como um dos pilares centrais na manutenção de privilégios, hierarquias e status social. Em função disso, a imensa carga discriminatória que recai sobre a mulher negra manifesta-se de forma inegável, com efeitos violentos que marcam sua existência do nascimento à morte.

Apesar de o Brasil testemunhar um significativo crescimento de sua população idosa – com 15,8% do total populacional sendo de indivíduos com

60 anos ou mais, conforme os dados mais recentes do Censo de 2022 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2023 – uma análise aprofundada revela complexas nuances. Enquanto a população negra corresponde a 56% da população geral do país, ela representa apenas 48% do contingente idoso. Essa disparidade levanta um questionamento crucial: por que a proporção de pessoas negras diminuiu de 56% para 48% ao se analisar o recorte etário acima de 60 anos, já que "ninguém desaparece da noite para o dia"?

Nessa mesma linha de análise, quando se acrescenta o recorte de sexo, os dados revelam um fenômeno globalmente reconhecido e que se manifesta também no Brasil: a feminização da velhice. Conforme Sousa, Lima, Cesar e Barros (2018, p. 2), este fenômeno caracteriza-se pela *"maior proporção de mulheres que de homens na população idosa, especialmente em idades mais avançadas"*. Contudo, no contexto brasileiro, essa tendência é dramaticamente ofuscada e problematizada quando se considera a experiência da mulher negra conforme evidenciado por Nicodemo e Godoi (2010), que, apesar da feminização da velhice, enfrenta uma realidade de envelhecimento com significativas desvantagens.

Um levantamento do Centro de Estudos e Dados sobre Desigualdades Raciais (Cedra), com base na PNAD/IBGE (2012-2023), corrobora essa discrepância ao focar nas mulheres. Embora as mulheres negras constituam o maior grupo populacional do Brasil (27,8% do total), superando homens negros (27,4%), mulheres brancas (22,8%) e homens brancos (21,1%), essa hegemonia se inverte drasticamente na velhice. Na faixa etária acima de 60 anos, as mulheres brancas emergem como o maior grupo (29,4%), seguidas por homens brancos (22,4%), mulheres negras (25,7%) e, por fim, homens negros (21,2%).

Essa inversão demográfica na velhice expõe as profundas consequências do racismo estrutural e da discriminação de gênero. A aparente "vitória" da longevidade feminina global não se estende equitativamente à mulher negra. Elas são sistematicamente marginalizadas em diversos âmbitos da vida – da educação às oportunidades de trabalho, da saúde ao acesso a recursos básicos. Essa trajetória de desvantagens acumuladas ao

longo da vida impede que muitas mulheres negras sequer alcancem a velhice, ou que, ao alcançá-la, o façam com dignidade e qualidade de vida.

Desta forma, fica evidente como o envelhecimento para a mulher negra é intrinsecamente moldado por múltiplas opressões que se interseccionam, em uma dinâmica de poder que cruza e entrecruza eixos de raça, gênero, classe, idade e território, tal como articulado por Crenshaw (2002, p. 117). Essa complexidade torna imperativa uma reflexão sobre a invisibilidade e as condições precárias enfrentadas pela mulher negra ao longo de seu curso de vida, culminando em uma velhice marcada pela vulnerabilidade.

Percebe-se claramente como a intersecção entre classe, gênero e raça revela como as opressões se potencializam, criando trajetórias de envelhecimento profundamente desiguais. Para a mulher negra, a chegada à velhice é frequentemente marcada não pelo descanso merecido, mas pela intensificação das consequências de uma vida de trabalho exaustivo, sem a proteção social adequada. Onde a precariedade não é uma exceção, mas a regra, e o legado da escravidão se reflete na perpetuação de condições de trabalho que ignoram a finitude do corpo e da mente humana.

É fundamental reconhecer que a mulher negra, por sua posição interseccional, é o grupo mais profundamente impactado pelas consequências da sociedade capitalista, sendo a personificação do fenômeno da feminização da pobreza. Como bem apontam Santos et al (2023), a mulher negra, frequentemente a única provedora de sua família, encontra dificuldade para garantir a subsistência básica. Historicamente relegadas aos espaços mais subalternos e precários da estrutura social, faz com que a informalidade e a precarização do trabalho sejam uma constante para elas, presas em jornadas exaustivas e salários insuficientes. Essa condição impede a acumulação de recursos para a aposentadoria, comprometendo seu futuro na velhice. A disparidade educacional agrava esse quadro, limitando o acesso a qualificações e oportunidades de ascensão profissional, o que, por sua vez, reforça a inserção em postos de trabalho subalternos e precários – 79,6% das empregadas domésticas no Brasil são mulheres pretas (Santos, 2023, p. 42).

Adicionalmente, a segregação espacial exacerba as vulnerabilidades: a maioria das idosas negras reside em aglomerados e periferias, áreas que

carecem do mínimo de infraestrutura e saneamento básico, expondo-as a ambientes insalubres que agravam quadros de saúde já debilitados pela idade. O acesso a serviços de saúde pública é dificultado, e o atendimento frequentemente é permeado por discriminação racial. A isso soma-se a diminuição da rede de apoio familiar, pois as condições do capitalismo obrigam a todos a ingressar na luta pela sobrevivência, reduzindo a disponibilidade de tempo e recursos para o cuidado. A violência contra a mulher negra idosa, muitas vezes intrafamiliar, também se manifesta de forma acentuada nesse grupo, culminando em uma velhice marcada pela solidão e pela ausência de suporte afetivo e prático. A dor e a angústia das mães de negros que veem seus filhos saírem de casa com o temor de que não retornem são um testemunho contundente dessa violência contínua. Evidenciando que o direito de envelhecer é, para muitos, um privilégio negado, uma vitória alcançada contra um sistema que ceifa vidas precocemente.

Como Davis destaca em "Mulheres, Raça e Classe" (1981), diferente de outras mulheres, a mulher negra nunca precisou "lutar" pelo direito ao trabalho; ela foi historicamente compelida a trabalhar para sobreviver desde o nascimento, com seu labor sendo fundamental para a acumulação de capital desde a escravidão. Dessa forma, a opressão racista e machista, combinada com a exploração capitalista, intensificou os desafios que enfrentam cotidianamente, posicionando-as nos piores estratos da sociedade.

Isso não é um mero acaso; é um forte indicativo de que a expectativa de vida de pessoas negras é significativamente menor (67,5 anos, contra 73 anos da população branca). Essa disparidade inegável sugere que a população negra está morrendo mais cedo, uma realidade que desafia a narrativa de um envelhecimento acessível a todos. A violência que atinge a população negra desde o nascimento, somada às precárias condições de existência, atua como uma barreira que impede o pleno direito de envelhecer para esse segmento populacional.

A sub-representação persistente das mulheres negras nas narrativas hegemônicas não é um mero acaso, mas um reflexo da sistemática destituição de sua subjetividade. Nesse cenário, na discussão sobre o processo de

envelhecimento, torna-se insustentável abordar a longevidade sem considerar a interseccionalidade de raça, gênero e classe, categorias que se entrelaçam e potencializam as opressões vivenciadas por mulheres negras.

A despeito de um envelhecimento digno, para a mulher negra, especialmente as que residem nas periferias, essa realidade não é uma probabilidade almejável para elas. Já que seu processo de envelhecimento é sistematicamente negligenciado pelo Poder Público desde seu nascimento até a morte. Essa negligência se manifesta em uma multiplicidade de fatores: desde a carência ou deficiência no acesso a recursos econômicos, previdenciários, culturais e educacionais, até a escassez de serviços básicos.

Neste sentido, talvez seja oportuno concluir estas reflexões com os seguintes questionamentos que buscam consolidar a análise crítica sobre o envelhecimento da mulher negra no Brasil:

Como podemos efetivamente dismantelar as estruturas sistêmicas que historicamente relegam a mulher negra à invisibilidade e à precariedade, garantindo-lhe não apenas o direito de envelhecer, mas de fazê-lo com dignidade, saúde e autonomia? De que forma a pesquisa e as políticas públicas podem ser aprofundadas para verdadeiramente reconhecer e atuar sobre as múltiplas dimensões da iniquidade que se intensificam no curso de vida dessas mulheres, especialmente na velhice? E, por fim, como a sociedade pode ser instigada a confrontar o paradoxo de uma feminização da velhice que, no Brasil, paradoxalmente, se reverte em desvantagem crítica para as mulheres negras?

### **Considerações Finais**

O debate sobre o envelhecimento, como evidenciado neste artigo, transcende a mera biologia para se revelar um complexo processo social, profundamente moldado pelas intersecções de raça, gênero e classe. Ao focar na experiência da mulher negra, desvelamos uma realidade onde o envelhecimento não é um processo homogêneo, mas uma trajetória marcada pela intensificação de desigualdades e opressões sistêmicas.

O racismo age como um véu persistente, obscurecendo as brutais disparidades que permeiam a velhice dessas mulheres, questionando a

própria noção de "envelhecimento digno". Sob o jugo de um capitalismo racista e patriarcal, a vida da mulher negra é instrumentalizada, e seu corpo, após ser exaurido na produção de valor, é marginalizado. Isso se traduz em uma velhice permeada por precariedade na saúde, limitações financeiras crônicas e uma incessante luta por dignidade e reconhecimento.

A interseccionalidade, como lente analítica, permite-nos compreender a sobreposição de opressões que recaem sobre esses corpos racializados. A intersecção entre classe, gênero e raça potencializa as desvantagens, fazendo com que a velhice da mulher negra seja frequentemente marcada não pelo descanso, mas pela exaustão contínua, pela ausência de proteção social e pela perpetuação de condições de trabalho precárias. A feminização da pobreza é personificada na mulher negra, que, como única provedora de sua família, enfrenta a informalidade, salários insuficientes e a impossibilidade de acumular recursos para a aposentadoria.

Adicionalmente, a segregação espacial nas periferias e a dificuldade de acesso a serviços básicos de saúde intensificam suas vulnerabilidades. A discriminação racial no atendimento, a diminuição da rede de apoio familiar e a prevalência da violência intrafamiliar culminam em uma velhice que, muitas vezes, é sinônimo de solidão e ausência de suporte. O temor constante pela vida de seus filhos reforça a ideia de que o direito de envelhecer, para muitas mulheres negras, não é um dado, mas uma vitória árdua contra um sistema que ceifa vidas precocemente.

Em suma, as narrativas e os dados apresentados neste artigo expõem a urgência de reconhecer e combater as estruturas que negam à mulher negra o direito a um envelhecimento justo e digno. É imperativo que as políticas públicas e as discussões sociais abordem de forma interseccional as necessidades desse grupo, dismantando o racismo solapado que sistematicamente oculta e perpetua as brutais desigualdades na velhice. Somente assim poderemos aspirar a uma sociedade onde envelhecer não seja um privilégio, mas um direito universalmente garantido, livre das marcas da opressão.

## Referências

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. esp., p. 234, 2000.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Tradução Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1970.

CAMPELO E PAIVA, S. de O. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.

DAVIS, Angela Yvone. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOLTER, Regiane. **O que é patriarcado?**. [S. l.], 27 jun. 2023. Disponível em: <https://www.politize.com.br/patriarcado/#:~:text=Na%20sociedade%20patriarcal%20C%20prevalecem%20as>. Acesso em: 03 jun. 2025.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 01 jun. 2025.

IBGE. **PNAD Contínua - Características gerais dos moradores 2020-2021**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021>. Acesso em: 04 maio 2025.

KELLER, Suéllen Bezerra Alves. **Serviço Social e Envelhecimento**. São Paulo: Cortez, 2020. E-book. Disponível em: <https://www.exemplo.com.br/servico-social-envelhecimento>. Acesso em: 25 maio 2025.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memory: Episodes of everyday racism**. Munster: Unrast, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JÚNIOR, Carlos E. A. (Orgs.). **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

NICODEMO, Denise; GODOI, Marilda J. Juventude dos anos 60-70 e envelhecimento: estudo de casos sobre feminização e direitos de mulheres idosas. **Revista Ciência em Extensão**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 40-53, 2010.

PAIVA, S. O. C. E.; SOARES, Nanci; SANTOS, M. F. O Serviço Social e a Gerontologia Social: elementos para pensar a pesquisa e a instrumentalidade. In: TEIXEIRA, Solange Maria. (Org.). **Serviço Social e Envelhecimento**. 1. ed. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 2020. v. 1, p. 74-102.

PEREIRA, João da Silva. **O reconhecimento do ser social negro**: desafios e perspectivas. São Paulo: Editora XYZ, 2022.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2005.

SANTOS, G. C. et al. Impacto do Racismo nas Vivências de Mulheres Negras Brasileiras: Um Estudo Fenomenológico. **Psicologia: Ciência E Profissão**, v. 43, e249674, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003249674>. Acesso em: 03 jun. 2025.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, n. 4, p. 585-593, out./dez. 2008.

SILVA, Alexandre da. A população negra e o seu envelhecimento: idosas negras e idosos negros na busca por mais visibilidade. In: EURICO, Márcia Campos et al. (Org.). **Antirracismos e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2022. p. 53.

SOUSA, N. F. da S.; LIMA, M. G.; CESAR, C. L. G.; BARROS, M. B. de A. Envelhecimento ativo: Prevalência e diferenças de gênero e idade em estudo de base populacional. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 11, p. 1-14, 2018. DOI: 10.1590/0102-311x00173317.

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**. Implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Solange Maria. Envelhecimento e "reformas" das políticas sociais no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2008, Maceió/AL. **Anais [...]**. Brasília: ABEPSS, 2008.

TEIXEIRA, Solange Maria. O envelhecimento e as reformas no sistema de seguridade social no Brasil contemporâneo. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 126-137, jan./jul. 2018.

Recebido em maio de 2025.

Aprovado em julho de 2025.